

A ALTERIDADE REIVINDICADA: A REPRESENTAÇÃO DA CULTURA NEGRA NO LIVRO OS CABELOS DE LELÊ

Tailane da Silva Santos¹, Lídia Maria Nazaré Alves², Vanessa Fernandes Dias³.

¹ Graduada em Letras – Português/Inglês, UEMG – Carangola, tailanesantos2011@hotmail.com

² Doutora em Literatura, Universidade Federal Fluminense, lidianazare@hotmail.com

³ Graduada em Letras – Português/Inglês, UEMG – Carangola, vanessafernandes088@gmail.com

Resumo- Este trabalho resulta dos estudos feitos nos Projetos de Pesquisa e de Extensão: “Estudos de gênero na literatura e sua repercussão na sociedade” e “As representações da crise: interseção de fontes literárias”, respectivamente, financiados pela PAPq, desenvolvido no ano de 2017, na UEMG - Unidade de Carangola, sob a orientação da professora Dra. Lídia Maria Nazaré Alves e Coordenação dos professores Msc. Glaciene Januário Hottis Lyra e Alexandre H.C. Bittencourt. Este tem como premissa o estudo acerca da comunicação como um dos Direitos Humanos e traz um pequeno resumo de como esse conceito é abordado em diferentes documentos internacionais, além de explicitar a maneira em que acontece o processo comunicativo. No que se refere aos grupos minoritários, buscou-se averiguar de que maneira o negro é retratado na Literatura, mais especificamente no livro infantil “Os Cabelos de Lelê”, e como o direito à comunicação o possibilita reivindicar a alteridade. Para tal, foi elegido como escopo teórico os autores Adorno (1995), Bakhtin (1998), Bakhtin (2016), Bechara (2009), Bordenave (1982), Gomes (2003), Gomes (2002), Gomes (2007), Spivak (1984) e Roso, A; Strey, M. N.; Guareschi, P.; E Bueno, S. M. N. (2002).

Palavras-chave: Comunicação; Direitos; Alteridade; Grupos Marginalizados; Identidade Negra.

Área do Conhecimento: Linguística, Letras e Artes.

1 TODO SER HUMANO TEM DIREITO A COMUNICAÇÃO

Raimunda Alina Lucena Gomes (2007), em seu artigo “A comunicação no discurso dos direitos humanos- liberdade de expressão ao direito humano à comunicação”, afirma que não há verdades absolutas, exceto uma: “a pessoa humana é o meio ou o fim de tudo”. Tal assertiva pode parecer simplista, mas não é. Foi por meio dela que a autora escreveu este artigo de extrema relevância em torno do direito da pessoa humana à comunicação. É de conhecimento de todos que o ser humano é um ser de linguagem, entretanto sabe- se também da existência de pessoas cujo direito à comunicação é negado. Assim sendo, a autora coloca o leitor a par dos documentos que garantem a todos o direito de se comunicarem.

Segundo Gomes (2007, p. 14), o primeiro estudos a discutir o direito à comunicação foi o francês Jean D'Arcy que, em 1969, “atentou para a necessidade da criação de um novo direito humano (o direito da comunicação)” entendendo que nos documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) não atentavam para todas as necessidades e especificidades que envolviam o direito de comunicar- se.

A partir dessas discussões, foi produzido um relatório: “Um mundo, muitas vozes” em que observa- se a falta de consenso sobre o tema, uma vez que reconheceu a comunicação como direito humano, porém não se discutiu o reconhecimento da mesma.

A articulista propõe, então, “mostrar a compreensão a respeito do conceito de comunicação sendo escrito no discurso dos direitos humanos” (GOMES, 2007, p. 14). Para fazê-la, ela utiliza os seguintes documentos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração e Programa de Ação de Viena (1993) e Convenção Americana de Direitos Humanos- Pacto de San José da Costa Rica (1969).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), como mostra os dados, foi elaborada no final da Segunda Guerra Mundial e afirma que todo indivíduo tem direito a liberdade de expressão, opinião e de adotar uma determinada cultura. Por meio de tal asserção, Gomes (2007) salienta que,

mesmo com o advento da tecnologia e a comunicação em massa, é grande a preocupação no que tange ao ato de comunicar-se propriamente dito. Segundo a mesma, a comunicação foi tratada como um meio e não um processo dialógico em que a interação ocorre. Ela ressalta também que este documento “restringiu comunicação a um processo interpessoal e não considerou a força verticalizadora dos meios de massa, já concentrados nas mãos do capital privado e do Estado, como inibidora e castradoras da liberdade de expressão da maioria” (GOMES, 2007, p. 17). Percebe-se, diante das afirmações supracitadas, que a preocupação com os meios de massa deu-se apenas como possíveis maneiras de evitar problemas maiores que atrapalhassem a ordem social.

O Sistema Regional Interamericano- Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) - Pacto de San José da Costa Rica propôs em seus artigos, segundo Gomes (2007), uma complementação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Nota-se, portanto, que a comunicação foi pensada no contexto sócio-político do mundo naquele momento, visto que ocorreu no período da Guerra Fria. Durante esta guerra, como é do conhecimento de todos, o mundo foi dividido em dois grandes blocos- Estados Unidos e União Soviética- que possuíam projetos políticos, econômicos, sociais, culturais e ideológicos divergentes que disputavam o poder e a hegemonia.

Gomes (2007, p. 17) explica que foi nessa convenção que “se introduziu na pauta internacional o tema da comunicação como um direito humano”, entretanto, de acordo com a pesquisadora, este não trouxe maiores avanços, pois o direito à comunicação apareceu, porém de forma restrita e com direito de respostas somente as questões “inexatas ou ofensivas”.

O Sistema Global- Declaração e Programa de Ação de Viena (1993) foi a última conferência sobre Direitos Humanos do último século e, para Gomes (2007, p. 18) ela foi marcada pela reafirmação de velhas práticas e, pouco, avanço sobre o tema discutido até aquele momento. No que se refere ao ponto negativo, a mestra acredita que a conferência poderia ter sido um grande avanço do conceito de comunicação inserida no Direito Humano, todavia o que permaneceu foi “o conceito de comunicação como um meio e não como um fim” e a preocupação com os meios de comunicação “como estratégia de fortalecimento das questões humanitárias e de Direitos Humanos”. O avanço, conforme Gomes (2007, p. 18), ficou por conta da ressalva da pluralidade da sociedade e a proteção de grupos fragilizados, salientando a importância de pensar no indivíduo inserido dentro do contexto social, político e ideológico.

Por tudo isso, é preciso indagar: “o que é a comunicação?”, “quem tem direito à comunicação?”, “como e onde ela ocorre?”. Estes questionamentos pertinentes serão abordados no próximo tópico deste artigo.

2 O PROCESSO DA COMUNICAÇÃO

Juan E. Diaz Bordenave (1997), em seu livro “O que é a comunicação?”, afirma que o homem é um ser social e, como tal, vive em sociedade: “é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao outro” (BRAIT, 2005, p. 28). Continuando, o autor salienta que a comunicação é o mecanismo responsável pela interação e troca de experiências, além de não existir sozinha e isolada: “a comunicação não existe por si mesma, como algo separado da vida da sociedade. Sociedade e comunicação são uma coisa só. Não poderia existir comunicação sem sociedade, nem sociedade sem comunicação” (BORDENAVE, 1997, p. 16).

Estudos mostram que, ao longo dos anos, o homem aprendeu a viver em sociedade e a comunicação acompanhou esse progresso, pois foi através desta que a cultura foi criada e propagada para todos os membros da comunidade: “a própria cultura de uma sociedade pode ser considerada como um vasto sistema de códigos de comunicação” (BORDENAVE, 1997, p. 55). A comunicação confunde-se com a própria vida, visto que comunicar é uma necessidade básica do homem social.

Esse diálogo entre a sociedade e os membros que a compõe, ocorre por meio da língua, que, para Bakhtin (1998), é um “meio vivo e concreto onde vive a consciência do artista da palavra (...). A vida social viva e a evolução histórica criam, nos limites de uma língua nacional abstratamente única, uma pluralidade de mundos concretos”. Essa criação de outros sentidos, perspectivas e ideologias leva em consideração a intenção dos falantes, seus contextos sociais e morais.

Bordenave (1997, p.24) afirma que não se sabe ao certo como ocorreram os primeiros sinais de comunicação, contudo, sob a penumbra de dados ligados a esse tema, pode-se afirmar que o homem encontrou um meio de “associar um determinado som ou gesto a um certo objeto e ação”. Dessa associação nasceu os *signos* linguísticos que são a junção de um conceito (significado) e uma imagem acústica (significante): “o signo é a união de um conceito com uma imagem acústica (...) é uma entidade de duas faces, uma reclama a outra, à maneira do verso e anverso de uma folha de papel” (FIORIN, 2004, p. 59). Esses significados atribuídos aos signos, formam a base da comunicação, pois “uma língua é um sistema de relacionamentos entre formas e significados” (PERINE, 2006, p. 67).

Não é novidade para um graduando de Letras que todo falante nativo de uma língua é profundo conhecedor da mesma, entretanto o homem criou a gramática que, de acordo com Bordenave (1997,

p. 24) “é o conjunto de regras para relacionar os signos entre si (em que) o significado já não depende só dos signos, mas também da estrutura de uma apresentação”, a fim de organizar e sistematizar a língua. Dessa combinação de significados foi criada a linguagem, na qual as palavras começaram a exercer funções de indicação, como: agir, nomear, descrever, entre outras.

A primeira forma organizada de comunicação, conforme Bordenave (1997, p. 25) afirma, foi a linguagem oral. Entretanto, para ele, esse tipo de linguagem possuía dois tipos de limitações: “a falta de permanência e a falta de um alcance”. Com isso, ao decorrer da história, necessitou-se de uma outra forma de comunicação capaz de ser transportada integralmente e que não se perdesse com o tempo. Nasce, portanto, a linguagem escrita, que, no primeiro momento, seguia a sequência da língua falada. Com o desenvolvimento da escrita, os homens observaram que “as palavras ou nomes de objetos compunham-se por unidades menores de som (fonemas), e que, por conseguinte, os signos podiam representar estas unidades de som e não mais objetos ou ideias” (BORDENAVE, 1997, p. 28). Essa descoberta deu mais liberdade a escrita, pois qualquer indivíduo poderia fazer a combinação de sons “(...) sem ser obrigado a conhecer as equivalências dos significados gráficos com ideias e objetos determinados” (BORDENAVE, 1997, p. 28), e motivou a criação de letras e, posteriormente, o alfabeto.

Para o autor, juntamente com o desenvolvimento da linguagem, aconteceu a otimização dos meios de comunicação. O advento da revolução tecnológica proporcionou ao homem a comunicação em massa, uma vez que diminuiu o tempo e o espaço para a interação ocorrer.

Nesse processo da comunicação, os falantes se relacionam entre si, trocam vivências e, assim, transformam mutuamente a realidade que os rodeiam. Para que este processo ocorra é necessária uma organização elementar da conversação e que, para Marcuschi (1993, p. 15), possui cinco características básicas: interação entre pelo menos dois falantes, ocorrência de pelo menos uma troca de falantes, presença de uma sequência de ações coordenadas, execução numa identidade temporal e envolvimento numa “interação centrada”.

Destarte, a comunicação é um processo multifacetado e que leva em conta as intenções prévias dos falantes, satisfazendo uma superabundância de funções: “não é um sistema anárquico e aleatório, mas altamente organizado” (MARCUSCHI, 1993, p. 6).

Ela realiza-se por meio da linguagem que, seja pensada como língua ou como discurso é, essencialmente, dialógica. Ignorar sua natureza dialógica é o mesmo, para Bakhtin, que apagar a ligação entre a linguagem e a vida (1979, apud BRAIT 2005, p. 268), uma vez que na língua “não há nada morto de maneira absoluta. Todo sentido festejará um dia seu renascimento” (BAKHTIN, 2016, p. 170).

3 A REPRESENTAÇÃO DOS GRUPOS MINORITÁRIOS

É notório que a sociedade, ao logo dos anos, foi formada por um processo de hibridização sociocultural, em que se formaram grupos com características e ideologias diferentes. Com isso, estabeleceu-se uma relação de poder e lutas sociais da maioria *versus* minoria.

Essa relação de dominação culminou na exacerbção do processo de exclusão das minorias expressivas, dentre as quais se destacam as contrastantes relações de dominação entre “mulher/homem”, “negro/branco”, “pobre/rico”.

Entende- se como maioria “qualquer grupo de pessoas que controle a maior parte de recursos econômicos, de status e de poder, estabelecendo, assim, relações injustas com as minorias sociais” (ROSO, A; STREY, M. N.; GUARESCHI, P.; e BUENO, S. M. N., 2002, p. 75). Esse grupo dita padrões baseados em supostas normalidades e excluem todos os que não se adequam a ela. Dessa forma, muitas vezes, como afirma Adorno (1995. p. 321), os grupos considerados dominantes, ao punirem os supostos transgressores da normalidade, se “utilizam da violência como se fosse meio natural de solução de conflitos, seja nas relações entre classes sociais, seja nas relações intersubjetivas”.

Os grupos chamados minorias, por sua vez, são classificados como os “segmentos da sociedade que possuem traços culturais ou físicos específicos que são desvalorizados e não inseridos na cultura da maioria, gerando um processo de exclusão e discriminação” (ROSO, A; STREY, M. N.; GUARESCHI, P.; e BUENO, S. M. N., 2002, p.75). Estes podem ser vistos como verdadeiros guerreiros em um campo de batalha, visto que são alvos de constantes lutas por seus direitos. Lutam por reconhecimento, igualdade e voz:

[...] minoria é uma recusa de consentimento, é uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra-hegemônica no círculo fechado das determinações societárias. É no capítulo da reinvenção das formas democráticas que se deve inscrever o conceito de minoria (SODRÉ, 2005).

É preciso ter noção que quando fala- se de maioria e minoria, não se trata de representações numéricas, em outras palavras, pode haver um número maior, por exemplo, de mulheres, pobres e

negros, todavia eles permanecem sendo minorias, uma vez que precisam travar combates éticos-políticos dentro de uma sociedade hegemônica para fazerem sua voz ser ouvida e seus direitos respeitados.

Mediante as assertivas acima, pode- se afirmar que o enfrentamento da minoria é para “que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento deste se estenda cada vez mais a toda a população” (MANZINI-COVRE, 2001, p. 10).

Entre os que são considerados grupos minoritários estão os índios, os negros, as mulheres, os idosos, as pessoas ligadas ao movimento LGBT, os deficientes, entre outros.

Este estudo tratará de maneira mais aprofundada, nos tópicos que se seguem, a representação do negro ao longo da história e como seu corpo e cor foram/ são alvos da discriminação.

3.1- O NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Ao longo da história do Brasil, a figura do negro foi vista como uma representação negativa e seu corpo como objeto de prazer. Por vezes, eles foram obrigados a inventar para si mecanismos que os fizessem transitar por todas as regras e ideologias impostas por uma classe dominante que mascarou a sua verdadeira história, com elementos que reforçaram o preconceito e a superioridade do homem branco diante destes. Tal fato foi responsável pela inibição das suas formas de expressão.

Nilza Nilo Gomes (2003), em seu artigo “Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo”, afirma que a identidade negra foi construída gradativamente e este processo foi marcado por causas e consequências em uma interação entre estes e a sociedade. Segundo ela, os negros travaram verdadeiras guerras para “construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo [...]” (GOMES, 2003, p. 171).

Para Gomes (2003, p. 172- destaque meu) essa criação é um jogo complexo em que se aprende que “as diferenças são imprescindíveis na construção [de uma] identidade” e, na visão da autora supracitada, o corpo pode ser considerado como um suporte da identidade negra e o cabelo crespo como um forte ícone identitário.

A autora afirma ainda que “se o corpo fala a respeito do nosso estar no mundo, a relação histórica do escravo com o corpo expressa muito mais do que a ideia de submissão, inconsistentemente pregada pela sociedade da época e que ecoa até hoje em nossos ouvidos” (GOMES, 2002, p. 42), uma vez que eles sofreram nele e por ele as consequências da sua herança herdada. Era no corpo que eles sofriam as punições, expressavam sua arte e são por ele, ainda hoje, rechaçados.

4 REIVINDICAÇÃO DA ALTERIDADE

Gayatri Spivak (1989), em seu capítulo “*Quem reivindica a alteridade?*”, tece uma crítica a história que, por vezes, mascarou fatos, a fim de que estes fossem legíveis a um determinado grupo. Ela afirma que existem falsas reivindicações de grupos alternativos e critica grupos privilegiados que vestem máscaras de sujeitos de uma história alternativa, a fim de firmarem verdades que em nada se relacionam com os verdadeiros sujeitos marginalizados.

A escritora chama de histórias alternativas relatos que descrevem os fatos históricos, contados por indivíduos que não sofreram nenhuma causa ou consequência dos mesmos. Pode-se citar, como exemplo, o que ocorreu com a história da escravidão, do massacre dos índios (no Brasil), reivindicações das mulheres, entre outros. Em suma, pode- se concluir que são histórias que foram “mascaradas” com intuito de tornarem-se legíveis para determinada grupo social “(...) reivindica- se a subjetividade de uma história alternativa como se ela ainda não estivesse legível” (SPIVAK, 1989, p. 191).

A indiana salienta que a sociedade foi formada a partir da luta das classes que a compunha e que a legibilidade era ditada por quem detinha o poder. Por isso, ela é categórica em expor que “somos obrigados a trabalhar dentro de narrativas da história, e inclusive a acreditar nelas” (SPIVAK, 1989, p. 189).

A teórica destaca que a “burguesia nacional” é quem dita e camufla as identidades sociais. Para ela, isto é manipulado com a finalidade de fazer com que estas pessoas não “rompam com o sistema de representação que ofereceram a elas uma episteme prévia: a de ser pára- choques” (SPIVAK, 1989, p. 192), sendo assim, a classe considerada minoritária, passa a não ter voz e não apresenta resistência a um sistema que impõe absolutamente.

Spivak (1989) ressalta que, na Índia, a religião e a política influenciaram diretamente na silenciação dos grupos minoritários, interferindo de tal maneira que foi incutido na cabeça, de cada um dos membros, o pensamento de serem eles os subalternos, os sem vez e voz. Ela enfatiza que é preciso haver uma ruptura com tudo o que foi imposto como certo e errado, entretanto precisa-se de cautela, pois “a história não pode voltar atrás ou ser apagada com base na nostalgia. Refazer a história

envolve uma negociação com as estruturas que produziram o indivíduo como o agente da história" (SPIVAK, 1989, p. 199).

Por fim, ela escreve que cabe a educação refazer a história, deixando de lado as pompas e falso glamour, propondo estratégias que falam "de dentro, que deem voz aos emudecidos e deixados serem autores de suas próprias histórias

[...] Portanto, proponho o estabelecimento e o restabelecimento persistentes, a repetida consolidação do não- feito, de uma estratégia de educação e pedagogia de sala de aula preocupada com soluções provisórias para as oposições (...) através da cumplicidade. Ela deve se negar resolutamente a oferecer a fantasmáticas contranarrativas nativistas hegemônicas, que implicitamente respeitam o regulamento histórico de quem "tem permissão para narrar" (SPIVAK, 1989, p. 198).

5 UMA MENINA ENCARACOLADA

A autora Valéria Belém, em seu livro "Os Cabelos de Lelê" lançado em 2007, conta a história de uma menina que não era feliz com o que via no espelho: seus longos e volumosos cabelos. A personagem chama- se Lelê e, ao longo do livro, faz uma importante descoberta sobre suas origens e o valor cultural das suas características físicas.

A escritora dá voz a personagem principal, fazendo com que ela reivindique a sua alteridade de ser como é: negra e cacheada.

Gomes (2002, p. 43) ressalta que as experiências do negro com o cabelo começam muito cedo.

[...] As meninas negras, durante a infância, são submetidas a verdadeiros rituais de manipulação do cabelo, realizados pela mãe, tia, irmã mais velha ou pelo adulto mais próximo. As tranças são as primeiras técnicas utilizadas. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais algumas dessas mulheres prefiram adotar alisamentos e alongamentos na atualidade.

Este fato pode ser observado no livro analisado:

Lelê não gostado que vê.

- De onde vêm tantos cachinhos? Pergunta, sem saber o que fazer.

Joga pra lá,

Puxa pra cá.

Jeito não dá,

Jeito não tem.

- De onde vêm tantos cachinhos? A pergunta se mantém (BELÉM, 2007, p. 5- 8).

Percebe-se com as assertivas expostas acima que o cabelo da negra é objeto étnico/ racial, adquirido por herança, e que, por vezes, dentro do contexto racista de uma sociedade, é considerado feio e inapropriado, intervindo assim, diretamente, no comportamento individual de quem o possui "[...] existem, em nossa sociedade, espaços sociais nos quais o negro transita desde criança, em que tais representações reforçam estereótipos e intensificam as experiências do negro com o seu cabelo e o seu corpo" (2002, p. 44).

A personagem principal procura respostas sobre a origem do seu cabelo em um livro que detalha os costumes e heranças étnico- raciais dos países africanos e percebe que não existia apenas ela com aquele tipo de cabelo, milhares de outras pessoas possuíam a mesma herança que ela.

Depois do Atlântico, a África chama
E conta uma trama de sonhos e medos
De guerras e vidas e mortes no enredo
Também de amor no enrolado cabelo
Puxado, armado, crescido, enfeitado
Torcido, virado, batido, rodado
São tantos cabelos, tão lindos, tão belos! (BELÉM, 2007, p. 14).

Ao fazer com que sua personagem encontrasse respostas neste livro sobre a cultura africana, a autora Valéria Belém traça uma linha tênue entre os acontecimentos históricos vividos pelos negros

com seus costumes e características. Ela deixa implícito que, no período de escravidão, “a manipulação do corpo, as danças, os cultos, os penteados, as tranças, a capoeira, o uso de ervas medicinais para cura de doenças e cicatrização das feridas” (GOMES, 2002, p. 42) eram ferramentas de resistência e diferenciação em busca da liberdade.

O livro termina com a personagem exercendo o direito de ser como ela é, notando a beleza e a importância dos traços adquiridos, pois mais que aparência, representavam vivências.

Lelê gosta do que vê!
Vai à vida, vai ao vento
Brinca e solta o sentimento
Descobre a beleza de ser como é
Herança trocada no ventre da raça
Do pai, do avô, de além- mar até (BELÉM, s/d, p. 19- 21).

6 CONCLUSÃO

No início deste trabalho foi exposto que todo ser humano tem direito à comunicação, o que é e como ela ocorre. Foi explicitado também que, mesmo sendo direito de todo ser humano, grupos foram silenciados ao longo da história.

Para análise foi escolhido o livro “Os cabelos de Lelê” que conta a história de uma menina negra insatisfeita com seu cabelo, até descobrir a importância da sua herança étnico- cultural.

Mediante as discussões expostas aqui, pode- se concluir que todos têm direito à comunicação, mas bem perto, ao seu lado, existe um índio, um negro, uma mulher, um idoso, pessoas ligadas ao movimento LGBT ou um deficiente que foi desprezado e calado. Essas pessoas têm, por vezes, suas histórias contadas e recontadas por seus opressores e a elas é negado o direito de ser como é.

O que é “feio”? O que é “bonito”? Quem dita padrões de “certo ou errado”? Questões como estas devem nortear o pensamento crítico do ser humano que vive em sociedade, pois só assim, esses grupos considerados minoritários, mas que na verdade são maioria no Brasil, ganharão vez e voz, exercendo assim sua alteridade.

Referências

- ADORNO, Sérgio. **A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada.** Sociedade & Estado, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 299-342, jul./dez. 1995. p. 321
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética:** a teoria do romance. São Paulo: UNESP Editora, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso.** São Paulo: Editora 34, 2016.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELÉM, Valéria. **Os cabelos de Lelê.** Companhia Editora Nacional, 2007.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- BRAIT, Beth (org). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido.** São Paulo: Editora UNICAMP, 2005.
- FIORIN, José Luiz (org). **Introdução à linguística.** 3º ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?.** Revista Brasileira de Educação, Set/Out/Nov/Dez, Nº 21, 2002, p. 40 a 51<disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf>>
- GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte.** São Paulo:USP, 2002 (tese: doutorado).
- GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação no discurso dos direitos humanos: da liberdade de expressão ao direito humano à comunicação.** Cenários da Comunicação, vol. 6, p. 13-20. São Paulo, 2007.

GUARESCHI, Neuza Maria e F. **A mídia e a produção de modos de ser da adolescência.** Revista **Famecos.** Porto Alegre, agosto/2006, n. 30, p. 81-90.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania.** 9 reimpr. da 3 ed., São Paulo, Brasiliense, 2001.

MARCUSCHI, L. A. **O tratamento da oralidade no ensino de línguas.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1993. BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

PERINI, Mário Alberto. **Princípios de Linguística Descritiva.** São Paulo: Parábola, 2006.

ROSO, Adriane; STREY, Marlene Neves; GUARESCHI, Pedrinho; e BUENO, Sandra M. Nora. **Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero.** Psicologia e Sociedade. Porto Alegre, jul./dez.2002, p. 74-94

SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de minoria.** In _____. PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Org.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.

SPIVAK, Gayatri. **Quem reivindica alteridade?** In HOLANDA, Heloisa. B. de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 187-205.